

ERICA ADAMI

**A CRISE ECONÔMICA E O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES
SOCIAIS NO BRASIL NO PERÍODO 1970-1985**

Monografia de graduação apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.^a Angela Welters

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

ERICA ADAMI

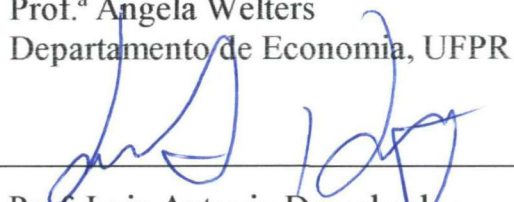
A CRISE ECONÔMICA E O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL NO PERÍODO 1970-1985

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

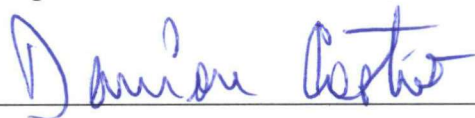
Orientadora:



Prof.^a Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Luiz Antonio Domakosky
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Demian Castro
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, fevereiro de 2004.

“Em todo tempo ama
o amigo e na angústia nasce o
irmão”. Pv 17; 17

AGRADECIMENTOS

Muito obrigado à minha mãe, meu pai, minha irmã e meu irmão, que estiveram sempre presentes apesar da distância. mas acreditando em mim e compreendendo a minha ausência.

Agradeço também a minha prezada e estimada orientadora Prof.^a Angela, que me transmitiu calma e acreditou que eu seria capaz de desenvolver este trabalho. Obrigada por compartilhar parte do seu conhecimento comigo e por estar sempre disposta a me ajudar.

Um agradecimento especial aos meus amigos, que fizeram com que estes cinco anos que passamos juntos na Universidade se tornassem um período que estará sempre guardado em meu coração, um período de descobertas e da compreensão do real significado da palavra amizade. Estes momentos certamente estão presentes em mim, e fazem parte do que sou hoje.

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
1.INTRODUÇÃO.....	2
2 A ECONOMIA BRASILEIRA “PRÉ-MILAGRE”	3
2.1 ANOS 50.....	3
2.2 ANOS 60.....	6
3 O “MILAGRE ECONÔMICO”.....	9
4 O PRIMEIRO CHOQUE DO PETRÓLEO E O II PND.....	13
5 O SEGUNDO CHOQUE DO PETRÓLEO E A CRISE DO INÍCIO DOS ANOS OITENTA	20
6 A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 1960-1985.....	25
7 CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Dívida Externa – Brasil - Anual - US\$ (milhões) - 1956/1961

Tabela 2 - PIB – Brasil – Variação Real Anual – 1956/1961

Tabela 3 - PIB – R\$ mil - Brasil – Valor Real – 1967/1973

Tabela 4 - PIB – Variação Real – Brasil – 1967/1973

Tabela 5 - II PND – As metas para os setores da economia e a previsão de aumento da produção.

Tabela 6 - Dívida Externa – Brasil – US\$ (milhões) – 1970/1985

Tabela 7 - PIB – Variação Real – Brasil – 1980/1985

Tabela 8 - PIB per capita – Brasil – preços 2002 – R\$

Tabela 9 - Desigualdade de Renda no Brasil – 1960 e 1970

Tabela 10 - Desigualdade de Renda no Brasil – 1977-1979

Tabela 11 - Desigualdade de Renda no Brasil – 1981-1985

Tabela 12 - Razão entre a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres – 1960, 1970, 1980,1990.

RESUMO

A economia brasileira conheceu momentos de crescimento e recessão durante o período 1970-1985. Os fatos mais importantes que precederam este período foram a elaboração e a implantação do Plano de Metas, cujo objetivo era promover a industrialização no Brasil, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), e os anos com altos níveis de crescimento econômico conhecidos como “milagre econômico” (1968-1973). Após o “milagre”, a economia entrou em um período de desaceleração. Apesar do primeiro choque do petróleo ter trazido instabilidade para as economias do mundo inteiro, o governo brasileiro implantou o II PND para dar continuidade ao processo de crescimento e complementar a matriz industrial brasileira. O resultado negativo foi a grande ascensão da dívida. Em 1979 o mundo conhece o segundo choque do petróleo, que colaborou para a explosão da dívida externa, devido ao aumento das taxas de juros internacionais. No âmbito nacional, o que se pôde verificar foi o esgotamento das condições de financiamento dos estados, os altos índices de inflação e as freqüentes políticas de corte de gastos. As questões sociais não foram tratadas como prioridade nas estratégias dos governos durante o período. Os índices de concentração de renda mantiveram-se altos, chegando o Coeficiente de Gini, em 1977, a 0,62465, e não apresentou significativa melhoria. O período foi marcado pelo aumento da renda per capita, mas esta ficou mais concentrada, sendo que em 1980, 47,7% da renda total era apropriada pelos 10% mais ricos, e apenas 3,4% da renda total era apropriada pelos 20% mais pobres.

1 - INTRODUÇÃO

Durante o período 1970-1985 a economia brasileira conheceu fases de crescimento e recessão. As políticas econômicas adotadas pressupunham que o crescimento econômico geraria naturalmente uma melhor distribuição da renda.

Este trabalho procura analisar o desempenho da economia brasileira no período 1970-1985, bem como a evolução das taxas de crescimento real da economia brasileira, o comportamento da relação dívida /PIB, a evolução da distribuição de renda no período e a evolução real do PIB per capita.

O capítulo 2 procura fazer uma breve descrição da economia brasileira antes do “milagre” econômico, descrevendo, por exemplo, os principais objetivos da implantação do Plano de Metas, o qual criou as bases da industrialização pesada no Brasil.

O capítulo 3 descreve propriamente o período do “milagre”, destacando o comportamento do Produto Interno Bruto e a forma de financiamento utilizada pelo governo.

No capítulo 4, destaca-se a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento logo após o primeiro choque do petróleo, enfatizando a evolução do endividamento externo.

O quinto capítulo destaca o segundo choque do petróleo e a situação da economia brasileira após este conturbado acontecimento na economia mundial.

E, finalmente, o capítulo 6 procura fazer uma análise da distribuição de renda no Brasil nas décadas de 60, 70 e 80, procurando associar a distribuição de renda à situação econômica pela qual passava o país nas épocas mencionadas.

2 - A ECONOMIA BRASILEIRA “PRÉ-MILAGRE”

2.1 ANOS 50

Grandes transformações estruturais marcaram a economia brasileira em meados dos anos 50. O governo Juscelino Kubitschek (1956-60) articulou um bloco de investimentos estatais denominado Plano de Metas o qual foi responsável pelo forte processo de industrialização que tornou possível a criação de infra-estrutura, além da produção de insumos de fundamental importância para a indústria nacional.

LAFER (1975, p.30) explica que “O período de 1956-1961 (...) deve ser interpretado de maneira diferente pois o *plano de metas*, pela complexidade de suas formulações (...) e pela profundidade de seu impacto, pode ser considerado como a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil.”

LESSA (1981, p.27) define o plano como “... um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, conhecido por Plano de Metas, que constitui a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”.

Os investimentos estatais, juntamente com o vasto mercado doméstico e a expressiva entrada de capital externo foram alguns fatores que contribuíram para o sucesso do processo de industrialização pretendido pelo governo.

De acordo com LESSA (1981, p.28), “... o Plano postulava investimentos diretos do governo no setor de energia-transporte e em algumas atividades industriais básicas, notadamente siderurgia e refino de petróleo (...) bem como favores e estímulos ampliados à expansão e diversificação do setor secundário, produtor de equipamentos e insumos como funções de produção de alta intensidade de capital”.

Examina LESSA (1981, p.56) a política econômica do governo no período e define os quatro principais pontos desta política. O primeiro ponto é em relação ao capital estrangeiro. Segundo o autor “Com este suporte, foi possível obter.

principalmente via entrada de capitais de empréstimo, os recursos externos necessários ao Plano.” O segundo ponto é a “...ampliação da participação direta do setor público na formação interna de capital. Esta ampliação repousou, não apenas no apelo às fontes tradicionais de recursos fiscais, como também, principalmente, num financiamento característico inflacionário ...” O terceiro ponto é com relação ao direcionamento, ou o estímulo, ao investimento privado nas áreas tratadas como prioritárias pelo Plano. LESSA afirma que “... lançou-se mão de um conjunto variado de favores e estímulos diferenciais, que tinha seus principais suportes, num lado, no acesso efetivo aos créditos externos, e noutro, na concessão de empréstimos de longo prazo em moeda nacional com prolongados períodos de carência e amortização a taxas negativas de juro”. O último ponto trata do problema da estabilidade. LESSA constata que “... a política “anti-inflacionária” iria desprezar a presença da taxa elevada, porém lançaria mão de todos os expedientes que, não eliminando as fontes originárias da alta de preços – o que implicaria em fechar possibilidades de plena execução do Plano -, servissem para conter a taxa em limites operacionais.”

O balanço de pagamentos passou a apresentar grandes déficits, especialmente em função do crescente peso dos encargos da dívida contraída a partir do início da década de 50.

LESSA (1981, p.69) analisa a política do capital estrangeiro do Plano de Metas como “... um conjunto de práticas altamente eficazes em termos de obtenção de recursos externos vitais ao êxito do Plano, ainda que tais recursos encerrem um alto custo para a Nação, em virtude da forma pela qual foram obtidos”.

Podemos verificar a partir dos dados da Tabela 1 o significativo aumento do endividamento externo durante a execução do Plano de Metas:

Tabela 1 - Dívida Externa – Brasil - Anual - US\$ (milhões) - 1956/1961

Ano	Dívida Externa - US\$ (milhões)
1956	2.736
1957	2.491
1958	2.870
1959	3.160
1960	3.738
1961	3.291

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipcadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

Observa LESSA (1981, p.75) que

Qualquer que tenha sido a consciência das conseqüências posteriores, a reduzida preocupação com o problema geral da estabilidade fica evidenciada pela não consideração do anterior movimento inflacionário e pela proposição de um esforço adicional de investimento em projetos de longa maturação, sem a rigorosa previsão do correspondente esquema de financiamento. Ao longo da execução do programa, na medida em que as condições externas se tornavam cada vez relativamente menos favoráveis, ao se intensificarem certos desequilíbrios, viria a se confirmar a posição secundária e coadjuvante da política anti-inflacionária.

Quanto ao desempenho da economia durante o Plano de Metas, podemos verificar na Tabela 2 as expressivas taxas reais de crescimento.

Tabela 2 - PIB – Brasil – Variação Real Anual – 1956/1961

Ano	%
1956	2,90
1957	7,70
1958	10,80
1959	9,80
1960	9,40
1961	8,60

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

Um dos aspectos mais importantes de ser observado ao final do Plano de Metas foi a forte presença do Estado na execução das metas e na criação dos instrumentos utilizados para atingi-las.¹

Por outro lado, segundo LESSA, “... não se realizou, ao longo do Plano, um esforço por redefinição do papel do Estado, montagem integrada do instrumental de política econômica e reestruturação da máquina administrativa”. Para o autor, o resultado das ações do governo contribuiu para o desequilíbrio e, portanto, seria necessária a realização de reformas como meio para retomar o equilíbrio rompido pelo forte processo de industrialização realizado no Brasil.

2.2 ANOS 60

O ciclo expansivo da economia brasileira passou a conhecer uma desaceleração a partir do início dos anos 60. O problema da inflação, resultante do maciço bloco de investimentos durante o Plano de Metas, ressurgiu e foram adotadas algumas medidas de estabilização para tentar conter os desequilíbrios nas contas

¹ Para maiores informações sobre os resultados do Plano de Metas ver LAFER (1975) pp.42-48.

públicas.

Em 1964-66 é elaborado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). De acordo com SANDRONI (1999, p.442), o programa "... tinha o objetivo de interpretar o desenvolvimento recente do país e formular uma política capaz de eliminar as fontes internas de estrangulamento que haviam bloqueado o crescimento econômico desde 1962".

MARTONE (1975, p.72) explica que

O plano diagnosticou como causa maior da estagnação o recrudescimento do processo inflacionário a partir de 1959, que chegou a atingir a taxa de 80% de elevação de preços em 1963, ameaçando conduzir o País a um estado incontrolável de hiperinflação. A inflação, pelas distorções que provoca no sistema de preços e pelo estado de insegurança a que leva o empresário, cria um clima desfavorável ao investimento, variável essencialmente de expectativa e grandemente influenciável pela instabilidade do mercado. Ao lado disso, o estrangulamento periódico da capacidade de importar, em boa parte motivado pelo agravamento da situação financeira do país, e o processo intermitente de crise política e social que caracterizou o período, fizeram com que se retraíssem as expectativas empresariais, com a conseqüente queda no nível de investimento.

O governo entendia que o desenvolvimento econômico só seria possível se os índices de inflação estivessem sob controle. O Plano tinha ainda como objetivos, segundo MARTONE (1975, p.74), "... atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, a assegurar, via política de investimentos, uma taxa de expansão da oferta de emprego que possa absorver o contingente de mão-de-obra que anualmente ingressa no mercado e...", acrescenta o autor, "... a corrigir a tendência a déficits descontrolados no balanço de pagamentos, responsáveis pelo bloqueio da capacidade de importar."

Um dos instrumentos utilizados pelo governo para garantir a captação de recursos como forma de dar suporte ao crescimento econômico foi à reforma tributária. OLIVEIRA (1995, p.17) afirma que o Estado passa a ter uma participação cada vez mais intensa na economia. Por outro lado, não alterou seus mecanismos de financiamento para garantir recursos para a realização dos seus gastos. OLIVEIRA (1995, p.17-18) destaca ainda os objetivos que justificavam a reforma, definidos pelo Ministro da Fazenda naquele momento:

O primeiro, de caráter prioritário, referia-se à expansão da carga tributária incidente sobre a

sociedade, com o fito de permitir ao Estado aumentar a sua captação de recursos de forma não inflacionária (...). O segundo, de que o sistema deveria ser reformulado de modo que sua estrutura e seus *modus operandi* contribuíssem, quer para atenuar as desigualdades regionais de renda, (...) quer para reduzir as desigualdades regionais de renda, (...) quer para reduzir as desigualdades pessoais de renda (...). O terceiro dizia respeito à modernização do sistema (...). O quarto objetivo, embora explicitamente negado na Exposição de Motivos da reforma, dizia respeito à centralização da política econômica e tributária na órbita federal, com a transferência para esta de todas as decisões a ela pertinentes.

MARTONE (1975, p.89) conclui que o PAEG

... em que se pese às contradições internas à estratégia de política econômica formulada no PAEG, o plano representou uma mudança de mentalidade das autoridades governamentais em relação ao problema inflacionário, que pela primeira vez foi encarado seriamente e foi objeto de uma ação coordenada e incisiva do Governo. A rica experiência oferecida pelo PAEG, embora à custa de três anos de paralisação do desenvolvimento do País, poderá futuramente – e há razões para supor que o tem sido – ser de grande utilidade na correção do processo inflacionário sem implicar na estagnação econômica.

Modificações da política econômica, segundo SERRA (1998, p.101), “(...) estiveram associadas a uma substancial elevação das receitas do setor público, ao rápido crescimento da dívida pública (...), à organização de um subsistema especializado de crédito ao consumidor e de financiamento à construção habitacional”.

Todas essas medidas, favorecidas por um cenário externo de alta liquidez, propiciaram a criação de bases para a retomada de um processo de crescimento econômico no qual a taxa média de crescimento do PIB chegará a 10% ao ano.

3 - O “MILAGRE ECONÔMICO”

Em meados do ano de 1967, segundo SERRA (1998, p.103-104), um novo ciclo expansivo da economia brasileira iniciou-se, influenciado por uma política fiscal e monetária menos austera. De acordo com o autor, as principais características do crescimento ocorrido no período 1967-1973 foram: “... uma acentuada abertura estrutural para o exterior...”; um “... rápido crescimento das exportações, cujo volume mais que dobrou...”; e o “... abundante fluxo de financiamento externo...”. No setor industrial, o setor líder foi o manufatureiro, “... cujo produto anual cresceu a uma taxa ainda mais elevada (12,7 por cento ao ano). Igualmente, os setores mais dinâmicos da indústria foram o de bens de consumo duráveis e o de bens de capital”.

A Tabela 3 mostra a evolução do Produto Interno Bruto no período do Milagre Econômico:

Tabela 3 - PIB – R\$ mil - Brasil – Valor Real – 1967/1973

Ano	PIB – R\$ mil
1967	278.399.663
1968	305.682.830
1969	334.722.699
1970	369.533.859
1971	411.449.797
1972	460.578.335
1973	524.915.241

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

SERRA (1998, p.106) afirma que os principais pré-requisitos que permitiram este grande crescimento da economia foram, entre outros:

A capacidade ociosa herdada (...) e dos anos de semi-estagnação, que exerceu um papel relevante na primeira fase da expansão (recuperação). (...) A disponibilidade abundante de

divisas, proporcionada (...) pelo crescimento das exportações e as facilidades do endividamento externo. A vigorosa expansão das importações deveu-se ao dinamismo da demanda mundial, à relativa diversificação do parque industrial bem como à oferta diversificada dos produtos primários exportáveis (...) A expansão também abundante da liquidez real na economia, baseada na expansão do crédito bancário ao setor privado, na contrapartida em cruzeiros do financiamento externo em moeda, bem como no forte crescimento e multiplicação dos ativos financeiros não-monetários.

Os índices de crescimento da economia brasileira durante o “milagre” podem ser explicados, em grande parte, pela recuperação dos fluxos de financiamento, como o crédito ao consumidor, o sistema BNH e os investimentos públicos.

Vejamos na Tabela 4 o comportamento da taxa de crescimento real da economia brasileira no período do Milagre Econômico:

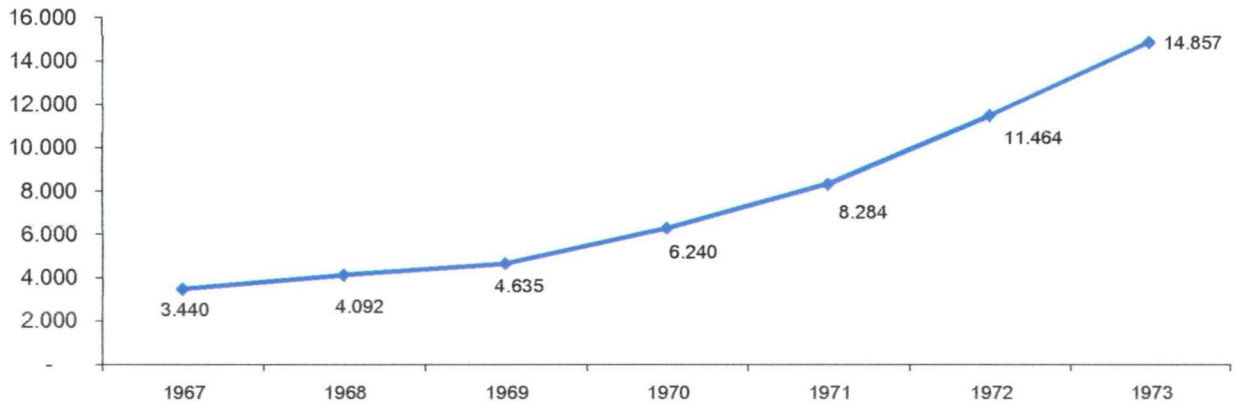
Tabela 4 - PIB – Variação Real – Brasil – 1967/1973

Ano	Variação Real (%)
1967	4,20
1968	9,80
1969	9,50
1970	10,40
1971	11,34
1972	11,94
1973	13,97

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipcadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

Apesar do alto crescimento do nível do Produto Interno Bruto durante o Milagre, o endividamento externo sofreu uma elevação muito significativa, como se pode verificar no gráfico a seguir:

DÍVIDA EXTERNA - BRASIL - US\$ (milhões) - 1967-1973



Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

CRUZ (1983, p.65) explica a aceleração do endividamento externo não a partir “... de estrangulamentos do setor externo ou como a contribuição de “poupanças externas” ao ciclo expansivo observado no período.” Segundo ele,

O que houve, isto sim, foi a convergência de uma situação de liquidez internacional com a de um ciclo expansivo interno onde a demanda por crédito em moeda doméstica exercida pelo setor privado crescia a taxas elevadas e onde as características institucionais do sistema financeiro interno faziam com que a parcela crescente dessa demanda fosse atendida, independentemente do estado das contas externas, por operações que envolviam a entrada de recursos externos.

Além disso, segundo KON (p. 50) “... o fracasso em construir linhas de financiamento privados de longo prazo mostrou-se evidente no início dos anos 70. (...) Nesse sentido, o acesso a créditos externos de mais longo prazo acabou por se constituir num eixo importante do padrão de financiamento brasileiro na década de 70”.

O período de extraordinário crescimento da economia passou a conhecer uma queda no ritmo de expansão. SERRA (1998, p.114) observa que “... a taxa de crescimento do PIB declinou de 14 por cento em 1973 para 9,8 por cento em 1974 e 5,6 por cento em 1975. A retração do crescimento do produto industrial foi ainda mais

brusca de 15,8 por cento em 1973 para 8,4 e 4,5 por cento em 1974 e 1975, respectivamente”.O autor afirma ainda que “... a inflexão do ciclo parece ter sido determinada fundamentalmente pela aceleração da inflação e seus efeitos sobre os salários e a política de crédito”.

O período do “milagre” termina deixando como herança para a economia brasileira, desequilíbrios sociais e financeiros.

4- O PRIMEIRO CHOQUE DO PETRÓLEO E O II PND

Após anos de expressivo crescimento econômico, o período subsequente ao milagre econômico é marcado por ambiente de grande instabilidade.

No âmbito internacional, o regime das taxas fixas de câmbio foi abandonado. A economia mundial passou por um forte período de turbulências que se refletiu em vários preços internacionais.

CRUZ (1983, p.65-66) explica que

Ao contrário do período anterior, o triênio 1974-76 é marcado, antes de tudo, por fortes desequilíbrios do balanço comercial, que apresenta um déficit acumulado de 10,5 bilhões de dólares nos três anos considerados. Este resultado reflete, em primeira instância, as condições adversas observadas no comércio internacional, dada a inflexão verificada nas taxas de crescimento das economias capitalistas avançadas e a quadruplicação do preço do petróleo ocorrida em fins de 1973. Nos anos de 1974 e 1975 há uma clara deterioração dos termos de intercâmbio e uma queda no ritmo de crescimento do volume exportado pela economia brasileira, ambos decorrentes da conjuntura recessiva vivida pelas economias industrializadas.

Um dos produtos mais afetados neste período de instabilidade foi o petróleo, cujo preço quadruplicou com o primeiro choque do petróleo.

CARNEIRO (1990, p.296) explica que

... como principal matéria-prima do mundo industrializado, o descompasso entre o crescimento de sua demanda e os investimentos, seja em fontes alternativas de suprimento energético, seja em novos campos de produção de óleo bruto, teria fatalmente de refletir-se, cedo ou tarde, nos preços, a exemplo do que ocorreria com as demais matérias-primas transacionadas no mercado internacional.

A elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento em 1974 foi uma opção em dar prosseguimento ao crescimento econômico como no período do “milagre”, apesar de um desfavorável cenário externo.

LESSA (1998, p.49) explica que

... o núcleo central da nova Estratégia é integrado por duas diretivas mutuamente articuladas. A primeira indica a montagem de um novo Padrão de Industrialização, no qual o comando da dinâmica da economia localizar-se-ia na indústria de base. A transferência do núcleo dinâmico de certos setores de bens de consumo para a indústria de base e as conseqüentes redefinições da infra-estrutura de suporte e do processo de integração nacional compõe a primeira diretiva central da Estratégia. A Segunda privilegia a correção

dos desbalanceamentos da Organização Industrial mediante o fortalecimento progressivo do capital privado nacional, de molde a inicialmente “reequilibrar” o tripé para posteriormente constituir sua hegemonia.

Além disso, o autor afirma que

... a “crise” do petróleo coloca um problema e abre uma oportunidade. Como problema, engendra a ameaça de estrangulamento externo para cuja prevenção se exige a ampliação das exportações – o que poderá ser dificultado pela própria crise; como oportunidade, abre um espaço interno para, a partir do que já somos, ultrapassar a fronteira do “pleno desenvolvimento”. O patamar de desenvolvimento já alcançado e o raio de manobra externo explorados com audácia viabilizaram uma Estratégia de minimização de dependências externas e afirmação da Nação. (1998, p.49)

CRUZ (1983, p.67) destaca que o problema da instabilidade no cenário externo, foi tratado, à época, como sendo uma crise conjuntural. Segundo ele, as adversidades externas

... eram vistas como um resultado exclusivo do “choque do petróleo”, e este, como um fenômeno que rapidamente seria absorvido e neutralizado no plano das relações econômicas internacionais. Tanto é assim, que a proposta de reorientação do padrão de crescimento da economia explicitada no II PND ignorava solenemente a mudança de sinal ocorrida no cenário internacional. Mais ainda, a idéia de que a economia brasileira constituía uma ilha de tranquilidade, imune a essas atribulações conjunturais, era tal que nem mesmo medidas de curto prazo foram tomadas com o objetivo de atenuar os desequilíbrios do balanço comercial.

O autor destaca que pouco foi feito, por parte do governo, para atenuar os efeitos da crise. Segundo ele,

A política cambial permaneceu “neutra” enquanto que o propalado controle de importações foi mais um elemento de retórica do que uma prática efetiva. Basta ilustrar, a esse respeito, que a medida mais importante e ainda assim de eficácia duvidosa (generalização dos depósitos compulsórios de 100% pelo prazo de 360 dias) só veio a ser implantada em dezembro de 1975, ou seja, passados dois anos de profundos desequilíbrios comerciais. (1983, p.67)

SERRA (1998, p.117) mostra que o Plano “... partia de uma identificação razoável dos problemas que afetaram a economia brasileira em fins de 1973: atraso no setor de bens de produção e de alimentos, forte dependência do petróleo e tendência a um desequilíbrio externo. Esperava enfrentá-los todos simultaneamente com uma notável expansão do produto agregado.”

Para SERRA (1998, p. 118) as metas para a economia definidas no II PND eram ambiciosas. Pretendia-se complementar a matriz industrial e estimava-se uma taxa de crescimento do PIB de 10 por cento ao ano, e a indústria tinha como meta taxa de 12 por cento, e a agricultura 7 por cento. Haveria também uma acelerada substituição de importações de bens de capital e insumos básicos. Aumentar-se-ia a produção interna de petróleo, e geração de energia hidrelétrica, entre outros.

A Tabela 5 ilustra os setores da economia os quais seriam estimulados de modo a viabilizar a estratégia do governo de mudança no padrão de industrialização.

Tabela 5- II PND – As metas para os setores da economia e a previsão de aumento da produção. (continua)

Setores	1974	Previsto para 1979	Aumento no período (%)
Indústria de Bens de Capital			
Produção Total (mil t)	2000	3400	70
Maquinaria Mecânica e Elétrica (mil t)	898	1603	79
Tratores (mil unidades)	44	84	91
Construção Naval (mil TPB)	410	1140	178
Material Ferroviário (mil t)	122	214	75
Siderurgia e Metalurgia (Capacidade Instalada, em mil t)			
Aço em lingotes	8600	22300	159
Laminados Planos e Perfis Pesados	4100	13100	220
Laminados Não-Planos e Aços Especiais	4600	8300	80

II PND – As metas para os setores da economia e a previsão de aumento da produção.

(continua)

Setores	1974	Previsto para 1979	Aumento no período (%)
Alumínio	120	190	58
Cobre	10	60	500
Zinco	33	58	76
Química (Capacidade Instalada, em mil t)			
Ácido Sulfúrico	986	3388	244
Soda Cáustica e Barrilha (em NA ₂ O)	273	700	156
Cloro	212	593	179
Fertilizantes (NPK)	585	1199	105
Resinas Termoplásticas	408	851	118
Fibras Artificiais e Sintéticas	176	253	43
Elastômeros Sintéticos	144	239	66
Detergentes (em DDB)	27	75	178
Eteno	343	718	109
Amônia	268	577	115
Bens Intermediários Não-Metálicos (Capacidade Instalada em mil t) (Projetos conhecidos até 30.06.74)			
Cimento	17130	26190	53
Celulose	1547	2860	85
Papel	2267	2900	28
Mineração			

II PND – As metas para os setores da economia e a previsão de aumento da produção.

(conclui)

Setores	1974	Previsto para 1979	Aumento no período (%)
Produção de Minério de Ferro (milhões t)	60	138	130
Exportação de Minério de Ferro (milhões t)	44	98	123
Dispêndios em Pesquisas de minérios Nucleares (Cr\$ milhões de 1975)	304	660	117

Fonte: LESSA (1998, p.20)

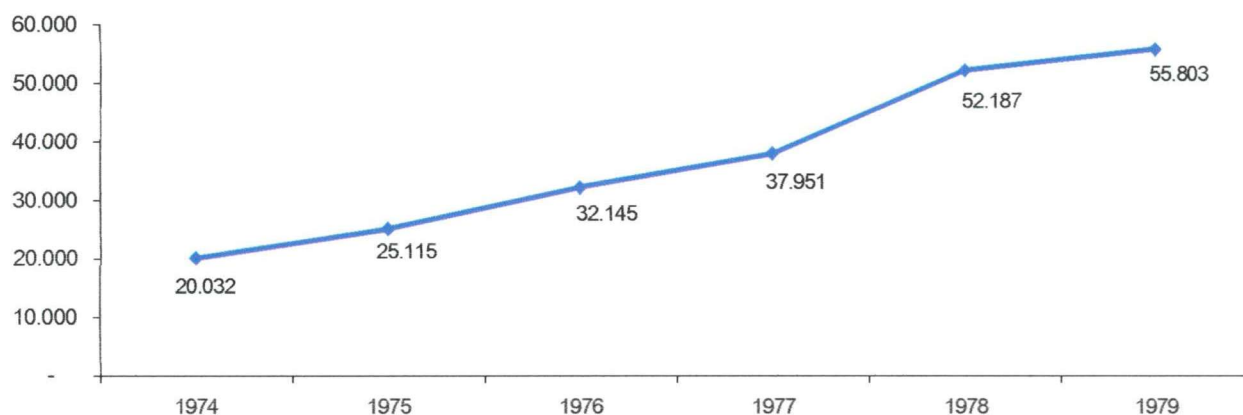
Todos estes projetos estavam fortemente baseados no fluxo de financiamento externo a taxas de juros flutuantes.

GOLDENSTEIN (1994, p.89) explica que:

Nesse período a necessidade de recursos externos cresce, tanto devido à necessidade de importações ampliada pelo II PND, a problemas na balança comercial decorrentes do choque do petróleo e da deterioração das relações de troca, como devido ao incremento dos custos financeiros do endividamento do período anterior. Mas, exatamente nesse momento, os eventuais tomadores de recursos externos se retraem, apesar da continuidade das políticas de incentivo, obrigando as autoridades econômicas a usar de forma crescente as empresas estatais como instrumento de captação de recursos externos. A retração dos tomadores de recursos externos é reflexo tanto da piora das condições de crédito internacional quanto da desaceleração da economia brasileira, que afeta a demanda de crédito em geral.

O gráfico a seguir ilustra a evolução da dívida externa brasileira no período de execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento:

DÍVIDA EXTERNA - BRASIL - US\$ (milhões) - 1974-1979



Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

CRUZ (1983, p. 67) explica que

... o segundo momento de impulsão da dívida externa brasileira responde, dados o padrão de crescimento, as elevadas taxas de crescimento e a política econômica triunfalista de “Brasil-potência” associada ao II PND, a uma conjuntura internacional extremamente adversa que rebate tanto pelo lado do comércio de mercadorias e dos serviços produtivos como pelo lado do custo da dívida que começa a operar como auto-alimentador dos desequilíbrios globais do setor externo.

O período que corresponde aos anos 1977 e 1978 também é marcado pelo aumento da dívida externa. Esta passa de US\$ 37.951 milhões em 1977, para US\$ 52.187 milhões em 1978.

CRUZ (1983, p.69) explica esta ascensão da dívida no período 1977-78.

Segundo o autor,

Esse comportamento do endividamento externo no biênio tem por substrato a expansão significativa da liquidez internacional ocorrida no período 1976-78, que substituiu a “liquidez restrita” do período anterior. Há, no triênio, um rápido aumento no volume das operações realizadas no mercado bancário internacional, acompanhado por uma tendência à dilatação de prazos e redução de *spreads*. Assim, o aprofundamento do endividamento brasileiro ocorrido no período está longe de constituir-se fenômeno isolado. Ao contrário, as taxas de crescimento das tomadas de recursos pelo Brasil junto ao mercado de

euromocedas, a despeito de elevadas, são inferiores às verificadas para o conjunto das operações realizadas nesse mercado no biênio 1977-78.

O autor destaca as políticas adotadas no período, as quais eram claramente favoráveis à captação de recursos externos.

Destaca CRUZ (1983, p.69) que

A farta disponibilidade de crédito no euromercado teve como contraponto, no caso brasileiro, uma política econômica francamente estimuladora do aprofundamento da dívida. A partir de meados de 1976, as autoridades econômicas adotam várias medidas visando induzir novas tomadas de recursos externos. O estímulo à captação privada, de parcos resultados, como será visto, é realizado, sobretudo, via políticas cambial e monetária, que garantem um diferencial no custo do dinheiro para os tomadores domésticos, especialmente para as operações de captação direta via Lei n.º 4.131. Além disso é instituído, em meados de 1977, um mecanismo de proteção contra perdas de capital decorrentes de eventuais modificações na política cambial (Res. 432). Quanto às empresas estatais, principais responsáveis pelo acréscimo da dívida no período, é posta em prática uma política de crescentes restrições à obtenção de recursos internos, próprios e de terceiros, de tal forma que o endividamento externo acaba por se constituir recurso obrigatório para o prosseguimento dos programas de inversão.

O autor conclui que o aumento da dívida neste período foi resultado de uma política interna que estimulava a captação de recursos, além do transbordamento do euromercado de moeda.

5 - O SEGUNDO CHOQUE DO PETRÓLEO E A CRISE DO INÍCIO DOS ANOS OITENTA

A economia brasileira iniciou a década de 80 com fortes desequilíbrios econômicos e sociais, em grande parte influenciados pelo segundo choque do petróleo.

O endividamento que seguiu até o final da década de setenta trouxe pesadas conseqüências para os anos oitenta. Após a elevação das taxas de juros norte-americanas no início da década e a crise da dívida externa mexicana, cessaram os fluxos de capitais para países emergentes.

CRUZ (1983, p.70) explica que

O expressivo aumento do custo da dívida resultou da elevação das taxas básicas de juros praticadas no mercado financeiro internacional. A Libor de seis meses, por exemplo, que apresentou um valor médio de 9,9% aa no biênio 1977-78, atinge um valor médio de 14,4% em 1979 e de 16,8% em 1980. Considerando-se que a maior parte dos contratos de empréstimos e financiamentos é firmada com cláusula de taxa de juros flutuante, é fácil perceber o impacto causado por estas acentuadas variações sobre o custo da dívida externa brasileira.

Acrescenta ainda que

... a importância assumida pelo componente financeiro nos desequilíbrios globais do setor externo só faz por revelar uma das faces perversas do elevado endividamento externo. Isto porque a economia brasileira, à medida que aprofundou a sua dívida, tornou-se duplamente vulnerável a conjunturas mundiais recessivas e inflacionárias: por um lado, tais conjunturas têm um pesado efeito negativo sobre a conta de comércio – tanto pelo lado de absorção de nossas exportações como pelo lado dos termos de intercâmbio – enquanto que, por outro, são nessas conjunturas que tendem a prevalecer, nos países centrais, políticas monetárias ortodoxas que, via elevação das taxas de juros internacionais, impactam negativamente a conta financeira das economias endividadas. (CRUZ, 1983, p.71)

A Tabela 6 mostra o crescimento do montante da dívida externa brasileira durante a década de setenta e meados da década de 80:

Tabela 6 - Dívida Externa – Brasil – US\$ (milhões) – 1970/1985

Ano	Dívida Externa
1970	6.240
1971	8.284
1972	11.464
1973	14.857
1974	20.032
1975	25.115
1976	32.145
1977	37.951
1978	52.187
1979	55.803
1980	64.259
1981	73.963
1982	85.487
1983	93.745
1984	102.127
1985	105.171

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 26/11/2003.)

CASTRO e SOUZA (1985, p.195) afirmam que

... a dívida externa pode impedir o crescimento através de uma (...) forma de restrição. Referimo-nos à possibilidade de que a remessa de recursos por conta dos serviços da dívida, ao limitar a poupança disponível para investimento, venha a comprometer a formação da capacidade produtiva requerida pelo crescimento. (...) A dívida externa pode constituir um obstáculo indireto ao crescimento. Isto porque um país endividado está sujeito a pressões externas, não apenas no sentido de pagar, como também no sentido de fazer "ajustes" e concessões conflitantes como o objetivo de crescimento.

No entanto, SERRA (1998, p.132-133) destaca que apesar dos fatores externos terem influenciado negativamente o desempenho da economia nacional, a inconsistente política econômica doméstica também contribuiu para este mau

desempenho.

A frustração desta política e a influência da chamada comunidade financeira internacional (cujo poder de pressão aumentou, no contexto das maiores dificuldades do balanço de pagamentos) induziram à definição e adoção ao longo do segundo semestre de 1980 de uma estratégia claramente ortodoxa de combate ao desequilíbrio externo e à inflação, cujos principais ingredientes foram: estabelecimento de fortes restrições quantitativas à expansão do crédito bancário e de limitações do crédito ao consumidor; liberação das taxas de juros; atenuação do controle de preços, maiores cortes de subsídios, compressão dos gastos governamentais e dos investimentos das empresas públicas; limitação da lei de reajustes semestrais para os que recebem até 20 salários mínimos e forte elevação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

As conseqüências imediatas destes fatores foram a desaceleração da economia e a queda na taxa de crescimento real.

A Tabela 7 mostra as taxas de crescimento real da economia brasileira no início dos anos 80:

Tabela 7 - PIB – Variação Real – Brasil – 1980/1985

Ano	Variação Real (%)
1980	9,20
1981	-4,25
1982	0,83
1983	-2,93
1984	5,40
1985	7,85

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br>, Acesso em 26/11/2003.)

Os cortes no orçamento prejudicaram fortemente as empresas públicas que dependiam dos recursos do Estado, fazendo com que estas empresas deixassem de atuar como setor dinâmico da economia.

LOPREATO (1993, p.30) afirma que “O esvaziamento das fontes de financiamento público comprometeu o poder da União de conduzir e dinamizar o processo de crescimento”.

Em março de 1984 foi renovado o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Um dos aspectos mais relevantes do acordo foi o controle dos gastos dos governos estaduais e a austeridade das medidas direcionadas ao setor público.

Segundo LOPREATO (1993, p.32)

A meta era reduzir as necessidades de financiamento do setor público, de modo a viabilizar um superávit equivalente pelo menos a 0,3% do PIB na posição do orçamento operacional do setor público, o que exigiria um esforço de ajustamento da ordem de 2,8% do PIB. A maior contribuição na viabilização desta proposta viria da queda do valor do déficit dos estados e municípios equivalente a 1,3% do PIB, suficiente para gerar um orçamento operacional equilibrado do setor.

O autor destaca ainda o esgotamento das condições de financiamento dos estados, derivada do corte nos fluxos de financiamento externo e das restrições ao crédito interno e externo (1993, p.33).

A inviabilidade da manutenção do fluxo de recursos financeiros na rolagem das dívidas pretéritas e na programação de novos gastos marcou a difícil convivência com os encargos ampliados da dívida pública e o momento de esgotamento do padrão de financiamento estadual. Os elementos que responderam pela ampliação dos gastos estaduais acima da possibilidade de expansão do valor dos tributos e das receitas das empresas públicas perderam o poder de sustentação do papel ativo dos gastos e tiveram que ser revistos para acompanhar as condições emergentes no mercado internacional e a nova orientação da política macroeconômica. Sem os fluxos de financiamento externo e diante das restrições ao crédito interno das autoridades monetárias e dos empréstimos junto ao sistema bancário nacional, os estados não tiveram outro caminho senão o de cortar gastos e conviver com a falência das condições de financiamento.

Com o ambiente de elevadas dívidas interna e externa, a sociedade brasileira viveu um período de instabilidade macroeconômica, compreendida por altas taxas de juros e inflação.

Surgiu no país um processo conhecido como estagflação, onde recessão e inflação manifestam-se conjuntamente.

BRESSER-PEREIRA in BIELSCHOWSKY e MUSSI (2002, p.119) observa que "... a grande crise se deveu, nos anos 1980, à crise da dívida externa e à crise fiscal, que levaram o país à insolvência externa e à paralisação do Estado, e, em consequência, à instabilidade macroeconômica, caracterizada por altas taxas de inflação e de juros, e à estagnação".

TAVARES e BELLUZZO in BIELSCHOWSKY e MUSSI (2002, p.159) assinalam que “... a crise da dívida externa produziu o primeiro impacto negativo na economia brasileira. Foram dez anos de tentativas de ajustamentos ortodoxo e heterodoxo, que resultaram na redução e na instabilidade das taxas de crescimento, assim como na aceleração inflacionária”.

A inflação se tornava o principal problema a ser solucionado. A alta dívida externa, aliada ao forte processo inflacionário, colocavam a economia brasileira em uma situação cada vez mais difícil, onde solucionar os problemas macroeconômicos e resolver as questões sociais, como a melhoria na distribuição da renda, tornavam-se grandes desafios aos governos subsequentes..

6 - A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL NO PERÍODO 1960-1985

A década subsequente à execução do Plano de Metas foi um período marcado pelos efeitos da forte industrialização no país que ocorrera durante o governo de Juscelino Kubitschek. O produto per capita apresentou um certo crescimento, conforme mostra a Tabela 8:

Tabela 8 - PIB per capita – Brasil – preços 2002 – R\$

Ano	PIB per capita
1960	2897,985
1961	3056,741
1962	3165,964
1963	3095,363
1964	3111,153
1965	3097,134
1966	3212,804
1967	3254,673
1968	3474,067
1969	3697,725

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipcadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

Apesar do crescimento do produto per capita, cerca de 28% no período 1960-1969, o problema da distribuição de renda já era evidente.

O coeficiente de Gini, que mede a concentração da renda, apresentou os seguintes valores nos anos de 1960 e 1970 (Tabela 9):

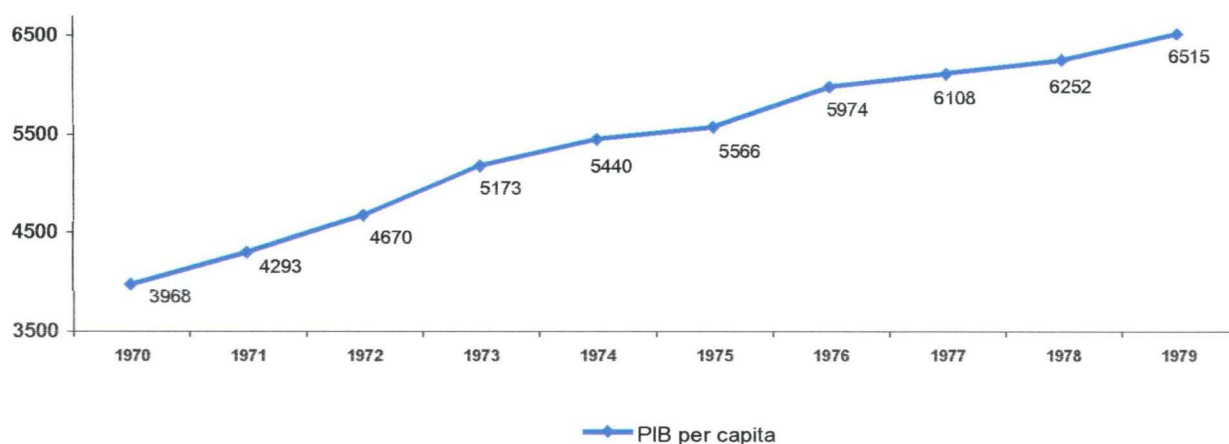
Tabela 9 - Desigualdade de Renda no Brasil – 1960 e 1970

Ano	Coefficiente de Gini
1960	0,50
1970	0,56

Fonte: Barros, Mendonça e Rocha (1993) citado em BARROS, R.P. e MENDONÇA, R.P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. IPEA. Texto para discussão nº377. Rio de Janeiro, 1995.

A década de setenta foi marcada por um grande aumento da renda per capita da população, conforme observamos no gráfico a seguir:

PIB per capita - BRASIL - R\$ (preços 2002) - 1970-1979



Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

KON (p.69) destaca que: “Se 1973 pode ser considerado o auge do ‘Milagre Econômico’, neste ano também as contradições, ou os desequilíbrios, do crescimento exacerbado da economia vieram à tona. Primeiramente os ganhos do crescimento econômico não foram repartidos por igual dentro da sociedade, a piora na distribuição de renda foi alvo de debates e críticas, inclusive internacionais, ao modelo de crescimento brasileiro”.

A questão social no II PND foi tratada com uma mudança de ênfase, segundo KON (p. 77) "... pelo menos no discurso, muito evidente comparando-se ao período anterior. Por certo, o acirrado debate desenvolvido nos anos 70 a respeito das razões associadas ao aumento da concentração de renda havida na década anterior deve ter contribuído para influenciar esta nova postura governamental". O governo pretendia aumentar a taxa de alfabetização além de aumentar o índice de escolarização de primeiro grau e aumentar a expectativa de vida.

LESSA explica que

Formalmente, o II PND rejeita a tese de "esperar o bolo crescer" e à primeira vista endossa uma postura ativa para melhorar o padrão de distribuição: "Na opção realizada, o Governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de 'esperar o bolo crescer'. Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas enquanto o bolo cresce. A verdade é que, de um lado, o crescimento não pode resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixado à simples evolução dos fatores de mercado. E, de outro, a solução através do crescimento, apenas, pode demorar muito mais do que a consciência social admite, em termos de necessidade de melhorar rapidamente o nível de bem-estar de amplas camadas da população. Ao mesmo tempo é importante reconhecer que o crescimento acelerado exerce, no caso, papel vital, porque amplia as opções. Com expansão rápida, é possível dar mais renda e consumo a todos, e ao mesmo tempo investir mais, ou seja, dinamicamente, o crescimento rápido é instrumento importante para compatibilizar os dois objetivos em jogo". (II PND, p.69 citado por LESSA, 1998, p.51)

O Brasil termina a década de 70 com os seguintes valores do Coeficiente de Gini, com destaque para o ano de 1977, onde o coeficiente chega a um dos mais altos níveis verificados no período (0,62465):

Tabela 10 - Desigualdade de Renda no Brasil – 1977-1979

Ano	Coeficiente de Gini
1977	0,62465
1978	0,60391
1979	0,60493

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br>, Acesso em 26/11/2003.)

Os anos oitenta iniciam-se com a forte crise econômica verificada após o segundo choque do petróleo em 1979. A dívida externa atingiu patamares muito elevados, prejudicando ainda mais as finanças governamentais. O problema da distribuição de renda mais uma vez esteve longe de ser resolvido, pelo contrário, o Brasil alcançou em 1985 um coeficiente de Gini no valor de 0,60076.

Tabela 11 - Desigualdade de Renda no Brasil – 1981-1985

Ano	Coefficiente de Gini
1981	0,58693
1982	0,59459
1983	0,59948
1984	0,59288
1985	0,60076

Fonte: IPEADATA (<http://www.ipcadata.gov.br>. Acesso em 26/11/2003.)

Outro indicador que reflete claramente o aumento do nível de concentração da renda é a razão entre a parcela da renda total apropriada pelos estratos populacionais. Os dados da Tabela 12 nos mostram que os 10% mais ricos da população detinham uma renda 34 vezes maior que os 10% mais pobres em 1960, sendo que esta razão aumentou para 40 vezes em 1970 e 47 vezes em 1980.

Tabela 12 - Razão entre a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres – 1960, 1970, 1980,1990.

Brasil	10+/10-
1960	34
1970	40
1980	47
1990	78

Fonte: Barros, Ricardo Paes de; Mendonça, Roseane Silva Pinto de. Geração e reprodução da desigualdade no Brasil. In: Perspectivas da economia brasileira 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993, v.2.

Os dados confirmam a difícil situação da desigualdade no Brasil nas décadas de 70 e 80. As políticas econômicas adotadas neste período pressupunham que o crescimento econômico geraria naturalmente uma melhor distribuição da renda. No entanto, o que se verificou foi o agravamento dos problemas sociais e a secundarização da questão redistributiva.

7- CONCLUSÃO

O período que abrange os anos 1970-1985 foi marcado por momentos de crescimento e recessão na economia brasileira. Houve anos de expressivas taxas de crescimento, como por exemplo o ano de 1973, cuja taxa real de crescimento da economia chegou a 13,97%, mas houve também anos de recessão, por exemplo o ano de 1981, onde a taxa real de crescimento da economia foi de -4,25%.

As políticas econômicas adotadas não obtiveram sucesso em aliar crescimento econômico e distribuição de renda. Ficou evidente que o crescimento econômico não gera uma melhor distribuição de renda.

Nos anos de alto crescimento econômico, nem todos se beneficiaram do crescimento do produto. Alguns grupos populacionais se apropriaram de grande parcela da renda, fato que evidencia a escalada da desigualdade econômica e social no período.

O Brasil mantinha a posição de país com uma das maiores taxas de concentração de renda do mundo no período 1970-1985. Durante este período, o Coeficiente de Gini oscilou entre 0,56 (1970) e 0,62465 (1977), ou seja, um índice de concentração de renda muito alto.

No Brasil, os dados mostram claramente que a concentração de renda não esteve perto de ser solucionada, pelo contrário, os pobres ficaram cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R.P. e MENDONÇA, R.P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. IPEA. Texto para discussão nº377. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/papers/sep/mesa10/fmatos.doc>. Acesso em 17/10/2003.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Incompatibilidade distributiva e desenvolvimento auto-sustentado. In: BIELSCHOWSKY, R. MUSSI, C. Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros. Brasília: IPEA: CEPAL, 2002.

CARNEIRO, D. D. Crise e Esperança: 1974-1980. In A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Marcelo de Paiva Abreu (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CASTRO, A. C. e SOUZA, F. E. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CRUZ, P. D. Notas Sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta. In Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise. Vol. 2. Ed. Brasiliense, 1983.

GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAFER, C. O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. M. Planejamento no Brasil. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

LESSA, C. A estratégia de desenvolvimento, 1974/76; sonho e fracasso. 2º edição. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP,5).

LESSA, C. Quinze anos de política econômica. 2º edição. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1981.

LOPREATO, F. L. C. Crise de financiamento dos governos estaduais (1980/1988). Texto para discussão. Campinas: UNICAMP/IE, 1993.

MACARINI, J.P. A política econômica da ditadura militar no limiar do “milagre” brasileiro: 1967/69. Texto para discussão. IE/UNICAMP, nº99. set. 2000.

MARTONE, C.L. Análise do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1966). In: LAFER, B. M. Planejamento no Brasil. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975

MATTOS, F.A. , e CARDOSO, J.C.Jr. A questão distributiva no Plano Real. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/papers/sep/mesa10/fmatos.doc>. Acesso em 17/10/03.

OLIVEIRA, F. A Autoritarismo e Crise Fiscal no Brasil (1964-1984). São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

SERRA, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra. In: Beluzzo & Coutinho (Org.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise. Vol I. 4º ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. (30 Anos de Economia – UNICAMP, 9).

TAVARES e BELLUZZO. In: BIELSCHOWSKY, R. MUSSI, C. Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros. Brasília: IPEA: CEPAL. 2002.